UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

JULIANA COSTA SEVERIANO

O RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA CONFORME AS MODIFICAÇÕES DO PROVIMENTO Nº 63/2017 DO CNJ

JUAZEIRO – BA
2021

JULIANA COSTA SEVERIANO

O RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA CONFORME AS MODIFICAÇÕES DO PROVIMENTO Nº 63/2017 DO CNJ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel no Curso de Direito do Campus III da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).
Orientadora: Profa. MSc Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro.

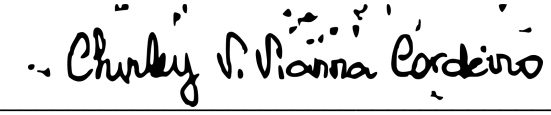
JUAZEIRO - BA
2021

JULIANA COSTA SEVERIANO

O RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA CONFORME AS MODIFICAÇÕES DO PROVIMENTO Nº 63/2017 DO CNJ

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

08 de Julho de 2021
Data da Aprovação



Profa. MSc. Chirley Vanuyre Vianna Cordeiro

Orientadora

Profa. Bárbara Alves de Amorim

Universidade do Estado da Bahia

Profa. Esp. Maria Auxiliadora Alves de Souza

Universidade do Estado da Bahia

JUAZEIRO – BA
2021

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS- CAMPUS III
COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO

UNEB
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

PLANILHA DE AVALIAÇÃO

ANÁLISE DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE DIREITO

DISCENTE: JULIANA COSTA
TEMA:
INÍCIO: **TÉRMINO:**

ITENS	VALOR PARA CADA ITEM	NOTAS		
		Orientador (presidente)	Arguidor	Membro
TEMA – relevância, objetivos, definição e/ou hipóteses, conclusão.	(0 a 2)	2,0	2,0	2,0
CONTEÚDO – clareza, objetividade, coerência.	(0 a 3)	3,0	2,5	3,0
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	(0 a 1)	1,0	1,0	1,0
APRESENTAÇÃO GRÁFICA – observância das normas técnicas, ortografia.	(0 a 1)	1,0	1,0	1,0
SUSTENTAÇÃO ORAL – desenvoltura, concatenação, otimização do tempo.	(0 a 3)	3,0	3,0	3,0
TOTAL – RESULTADO	9,8	10,0	9,5	10,0

Juazeiro-BA, 08 de julho de 2021.

Chirley S. Ramos Cordeiro

Orientador (Presidente)
Membro

Arguidor

AGRADECIMENTOS

Gostaria de externar minha gratidão a todos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e da minha jornada na graduação:

Agradeço ao Divino Espírito Santo, minha força maior, que me guarda, me protege e que ilumina o meu caminho, para que os meus passos possam ir pela direção certa - por ter me capacitado e proporcionado coragem para concluir este estudo, diante das dificuldades apresentadas no decorrer da sua produção, e por mostrar que eu tenho força para superar os obstáculos que aparecem na minha jornada de vida como na acadêmica.

Aos meus pais, Manoel Messias Severiano e Jasonete Pereira Costa, não apenas sendo os provedores financeiros para o alcance da graduação, mas por todo cuidado, ensinamentos e proteção que foram a base para a criação de valores morais e afetivos, e por acreditar na minha capacidade e me encorajar ir em busca dos objetivos que almejo.

Aos meus irmãos, Gustavo e Manuella, que me ensinaram a dividir, a repensar condutas que antes eram voltadas apenas para o "eu" e direcioná-las ao "nós", e por todo companheirismo.

Agradeço a Jacira Costa por todo apoio, por ser tão presente, principalmente nos momentos mais difíceis, ser tão prestativa, por ser um exemplo de ser humano e profissional, que eu pretendo ser.

Agradeço a Thaylane Monteiro, amiga de infância, por ser calmaria diante dos momentos de dificuldade, por cada conselho amigo e sempre estender a mão quando preciso.

A Tanny Késsia, amiga de longa data, por todo apoio e encorajamento nas minhas escolhas, até pelas broncas quando necessário.

A minha amiga Maielle Lopes, por todo cuidado, por se fazer presente em minha jornada acadêmica mesmo distante, e por ser um incentivo para mim.

Ao Johnes Modesto, meu grande amigo, por todo companheirismo, por cada puxão de orelha, por sempre me motivar a lutar por meus objetivos, por me ensinar o valor da amizade e sempre se fazer presente e participativo em minha vida.

A todos os professores da UNEB, Campus IV e Campus III, que contribuíram para minha formação, em especial, a professora Chirley, que aceitou ser minha orientadora,

mesmo diante da dificuldade vivenciada para a produção desse trabalho, como também por todo apoio e zelo.

Agradeço a minha filha, Maria Vitória, a surpresa mais surpreendente e linda que o destino me presenteou, por oferecer o amor mais puro e forte, por ser a base da pesquisa desse trabalho, por me fortalecer a cada dia.

Agradeço a Brisa, minha cadelinha, que tanto me escuta, protege e me dá o carinho mais puro do mundo, e aos meus demais bichinhos de estimação que resgatei e de quem cuido - obrigado por me ensinarem a ser uma pessoa mais afetuosa, por tentar compreender as necessidades do próximo.

Enfim, sou grata a todos aqueles que sempre torceram por mim, deram apoio, depositaram confiança, e que, de alguma forma, fizeram parte desse processo.

“Vínculos de proximidade fazem vizinhos; vínculos de colaboração fazem colegas; vínculos de solidariedade fazem amigos; (...) vínculos genéticos fazem parentes. Mas somente os vínculos afetivos fazem uma família.”

Adriana Cristina Razia

RESUMO

O conceito de família é um resultado da evolução social; desse modo, varia de acordo com as necessidades que surgem diante das transformações históricas, culturais e sociais. O advento da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002 propiciou ao Direito de Família uma remodelagem, por adotarem estas normas como base o princípio da dignidade humana, o que configurou uma modificação ao instituto da filiação. O ordenamento jurídico brasileiro reconheceu novas modalidades de família e de constituição de filiação, dentre elas, o vínculo socioafetivo, que passou a ser reconhecido e protegido. Por outro lado, o Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento 63/2017 com o intuito de padronizar e regularizar o procedimento do reconhecimento extrajudicial de paternidade e maternidade socioafetiva, muito embora este provimento tenha sofrido, em face do posicionamento dos Tribunais de Justiça, algumas alterações, com o objetivo de proteger o direito da infância e juventude. Nasceu aí o Provimento 83/2019.

Palavras-chaves: Parentalidade Socioafetiva; Reconhecimento Extrajudicial; Proteção à Infância e Juventude.

ABSTRACT

The concept of family is a result of social evolution; thus, it varies according to the needs that arise in the face of historical, cultural and social transformations. The advent of the Federal Constitution of 1988 and the Civil Code of 2002 provided the Family Law with a remodeling, by adopting these norms as a basis for the principle of human dignity, which configured a modification to the institute of affiliation. The Brazilian legal system recognized new modalities of family and the constitution of affiliation, among them, the socio-affective bond, which started to be recognized and protected. On the other hand, the National Council of Justice issued Provision 63/2017 in order to standardize and regularize the procedure for the extrajudicial recognition of socio-affective paternity and maternity, although this provision has suffered, in view of the positioning of the Courts of Justice, some amendments, with the aim of protecting the rights of children and youth. There, Provision 83/2019 was born.

Keywords: Socio-affective parenting; Extrajudicial Recognition; Child and Youth Protection.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CC – Código Civil

CF – Constituição Federal

CNCA - Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPC – Código de Processo Civil

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBDFAM – Instituto Brasileiro de Direito de Família

STF – Superior Tribunal Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

2. PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA 14

2.1 Evolução do conceito de *família* 14

2.2. Da filiação 19
2.2.1 Da filiação socioafetiva 20

2.3. Da posse de estado de filho 23
2.3.1. Elementos constitutivos da posse de estado de filho 24

3. A MULTIPARENTALIDADE E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA RELAÇÃO SOCIOAFETIVA 26

3.1. Da Dignidade da Pessoa Humana 27

3.2. Da igualdade jurídica dos filhos 28

3.3. Da igualdade entre as parentalidades 30

3.4 Da afetividade e da busca da felicidade 31

3.5 Do melhor interesse da criança e do adolescente 32

3.6 Da convivência familiar 33

4. DA POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA MATERNIDADE E PATERNIDADE SOCIOAFETIVA 36

4.1. O Provimento nº 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça 36

4.2. O Provimento nº 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça 37
4.2.1. Dos requisitos extrajudiciais da paternidade socioafetiva 38

4.3 O Provimento nº 83/2019 do Conselho Nacional de Justiça 40
4.3.1 Alterações implementadas pelo Provimento nº 83/2019 do Conselho Nacional de Justiça 41

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 44

REFERÊNCIAS 45

1. INTRODUÇÃO

O conceito de família sofreu uma evolução de grande vulto no ordenamento jurídico brasileiro. É de se observar, v.g., que a entidade familiar era constituída apenas através do instituto do casamento, - que se caracterizava, durante a vigência do Código Civil de 1916, por ser indissolúvel - de modo que o Estado dava proteção apenas àquelas constituídas a partir de um casamento indissolúvel.

Entretanto, não se pode deixar de considerar que o conceito de família surge da relação jurídica e afetiva criada entre o filho e sua mãe e o seu pai. Através desse vínculo é possível identificar quais os aspectos necessários para configurar uma família, de molde a que se admita que eles sejam modificados para adequação ao contexto social de cada momento histórico.

Para cada contexto da história da sociedade há uma realidade específica a ser protegida legalmente. As alterações econômicas, políticas, sociais acarretam novas premissas as relações familiares, a nova ordem constitucional traz um novo modelo à identidade de pai e mãe, que configura uma profunda modificação ao instituto da filiação.

Desse modo não é possível a elaboração de um conceito e modelo único de família, já que as relações sociais se moldam constantemente. Os Códigos anteriores a Carta Magna de 1988, apresentavam um conceito voltado para a figura masculina como a autoridade do ente familiar.

Com a Constituição de 1988 passa-se adotar o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Há o acolhimento social e jurídico ao indivíduo que instruído de afeto passa a cuidar de uma criança fundando a existência de uma relação de pai e/ ou mãe e filho.

O Estado passa estabelecer condutas para garantir o mínimo existencial de cada ser humano, reconhecendo e protegendo a família como a base da sociedade. Outro princípio relevante é o da proteção integral à criança e ao adolescente, garantindo-os o direito à vida, saúde, alimentação, dignidade, respeito, entre outros voltados para a proteção integral desses sujeitos em processo de desenvolvimento.

A Carta Magna também trouxe em seu texto legal a proteção a filiação, de modo que todos os filhos devem ser tratados de forma igual, com os mesmos direitos e qualificações, independentemente de ser a filiação consanguínea, por afetividade ou por adoção.

O termo *parentalidade socioafetiva*, abrange tanto a figura paterna quanto a materna, sendo o resultado da relação de afeto entre os membros de um círculo social – trata-se de reconhecer que a família supera a consanguinidade, que a filiação pode ser categorizada pelo viés socioafetivo tanto quanto o é pelo viés biológico.

Diante dos novos conceitos de parentesco e filiação, acolhidos pela doutrina e jurisprudência, viu-se a necessidade de tornar mais acessível a averbação – instrumento de formalização - da paternidade e maternidade socioafetiva voluntária; nesse sentido o Conselho Nacional de Justiça instituiu o Provimento nº 63/2017.

O Provimento nº 63/2017 adequou os atos extrajudiciais à decisão do STF em sede de Recurso Extraordinário 898.060/SC, e reconheceu o vínculo socioafetivo, permitindo, então, a possibilidade de averbação dessa parentalidade pela via extrajudicial.

Em um ano e meio de vigência do Provimento citado, com intento de esclarecer alguns temas, o CNJ institui o Provimento nº 83/2019 para estabelecer alguns ajustes no texto do Provimento 63/2017, para dessa forma reforçar a segurança jurídica.

No entanto ao serem registrados, a criança e o adolescente passam a ter todos os direitos legais, como o direito sucessório. E a figura paterna ou materna da situação passa a ser detentor do Poder de Família, e por se tratar de sujeitos menores de idade cabe ao seu responsável cuidar dos direitos a eles inerentes.

Diante desse contexto e da possibilidade de reconhecimento extrajudicial de parentalidade socioafetiva, cumpre questionar se as alterações resultantes do Provimento nº 83/2019 do CNJ são benéficas para a proteção integral da criança e ao adolescente.

No sentido de responder a este questionamento, busca-se, no presente trabalho, analisar os elementos que possibilitam o reconhecimento da maternidade ou paternidade socioafetiva pela via extrajudicial e se as modificações do Provimento nº 63 do CNJ foram necessárias para a proteção dos direitos legais da criança e ao adolescente.

A pesquisa será realizada em nível de natureza exploratória e abordagem qualitativa. Através de uma coleta de dados bibliográficos, com base em livros, teses, artigos e documentos eletrônicos; e documental, pela consulta na legislação e jurisprudência, dando maior embasamento ao tema.

Para resolver a problemática ora estabelecida como cerne de estudo deste trabalho de conclusão de curso, o segundo capítulo irá descrever sobre a evolução do conceito de família

no ordenamento jurídico brasileiro, abordar os tipos de vínculos que constituem a filiação, e mostrar os pressupostos para o reconhecimento socioafetivo.

O terceiro capítulo estuda o instituto da multiparentalidade e dos princípios norteadores das relações socioafetivas no ordenamento jurídico brasileiro, analisando a sua importância nas relações de sociais.

O quarto capítulo apresenta a questão central desta monografia, destacando a possibilidade de reconhecimento da parentalidade socioafetiva pela via extrajudicial, e buscando demonstrar que as mudanças do Provimento nº 63/2017 do CNJ foram fundamentais para proteção dos direitos legais da criança e ao adolescente.

2. PARENTALIDADE SOCIOAFETIVA

O termo *parentalidade* abrange a figura materna e paterna em um só instituto; por seu turno, é através do conceito de família que se identifica os aspectos que configuram o vínculo jurídico entre pais e filho. Somado a isso, as circunstâncias econômicas, políticas e sociais de cada tempo acarretam novas premissas às relações familiares.

Diante da nova ordem constitucional, que adotou o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana como cerne do ordenamento jurídico brasileiro, um novo modelo foi atribuído à identidade de pai e mãe, passando-se a acolher de forma social e jurídica a relação de uma pessoa instruída de afeto para com outra.

Reconhece-se, por este viés, que a parentalidade socioafetiva resulta do vínculo afetivo entre os membros de um círculo social, havendo-se que reconhecer que o conceito de família supera a consanguinidade, pela adoção do Princípio da Afetividade como base: é o reconhecimento jurídico dos diferentes modelos de maternidade e paternidade.

Esse capítulo trata da evolução histórica do conceito de família no ordenamento jurídico brasileiro, de como o Direito de Família se modifica em decorrência das alterações que os vínculos sociais sofrem, e o reconhecimento e efeitos advindos da relação socioafetiva, como se passa a expor.

2.1 Evolução do conceito de *família*

Madaleno (2018) preceitua que para existir um Direito de Família consolidado, é necessário que se institua leis que possam complementar cada novo segmento que surge na sociedade civil, para que dessa forma o Direito não se torne imperfeito e superado.

Diante das notáveis mudanças, resultantes das transformações ocorridas na sociedade, para que o Direito de Família se torne mais efetivo e propicie segurança jurídica, deve se adaptar a cada contexto social. Que acaba por resultar em modificação de conceitos, como é o caso do conceito de família.

A família brasileira sofreu influências de três vertentes, a romana, germânica e a canônica. Como consequência houve a elaboração do Código Civil de 1916 fortemente influenciado pelo direito pátrio, de caráter canonista e dogmático, não seguindo rumos próprios da realidade do país na época (GONÇALVES, 2017).

Nesse mesmo viés, Venosa (2017) preceitua que o CC de 1916 por ter influências do Direito Romano, caracterizava-se pelo patriarcalismo, adotando, desse modo uma visão discriminatória da entidade familiar, e como consequência estabelecendo critérios que deveriam ser seguidos pelas relações sociais para poder ser considerada como família.

O Código Civil de 1916 não especificava o que e como se caracterizava uma família, tão somente, abordava qual o único modo legal aceito para a sua formação. Os legisladores elaboravam leis direcionadas a aspectos excludentes selecionando quem seria detentor ou não de personalidade jurídica para direito e obrigações.

Ademais, por não ser possível apresentar um conceito absoluto de família, tendo em vista que esse instituto deve-se adequar a remodelação dos preceitos que constituem os vínculos sociais. Qualquer tentativa de tipificar modelos e categorias restaria desgarrada da realidade (GAGLIANO, 2017).

Desse modo o CC de 1916 por ter sido fruto de uma época em que o Estado absorve da Igreja e da instituição do casamento a regulamentação do que seja família, o Código Civil torna-se uma consequência da moral da época. Que acarretou em uma legislação discriminatória que distinguia a filiação em legítima e ilegítima (VENOSA, 2017)

Os princípios morais vigentes na época, de cunho tradicional e conservador, estabeleciam direitos distintos para quem não se enquadrava aos padrões estabelecidos. O ordenamento jurídico, ignorando a realidade das relações sociais da época produzia um Direito de Família segregado.

Com a ideia de que o homem seria “o cabeça” do casal, a ele era dado a função de prover a família financeiramente, enquanto a mulher tinha como função cuidar do lar e dos filhos. O modelo aceito de família era o patriarcal, matrimonializada, hierarquizada, patrimonializada e heterossexual (DIAS, 2016).

O patriarcalismo asfixiou o afeto ao utilizar do casamento como um instituto voltado para propósitos econômicos, sob o poder central do marido. Não se tinha preocupação com o afeto dos integrantes da família, a sua função era meramente um suporte aquisitivo. (MADALENO, 2018)

Como observa Venosa (2017), no passado a legislação e a sociedade tinha o instituto do casamento como referência exclusiva para a definição da entidade familiar. Com base nessa característica o ordenamento jurídico brasileiro estabelecia normas desiguais voltadas para a preservação estatal do modelo aceito.

E os que eram favorecidos com essa ordem excludente, era justamente os indivíduos que representavam o Estado, ou seja, estabeleciam normas voltadas em benefícios próprios. E por ser a sociedade o reflexo das normas legais impostas, dificilmente quem não se enquadrava a essa realidade exigida a contestava.

Com a simples leitura do texto do CC/1916, era percebido as normas discriminatórias voltadas para a preservação estatal do modelo de família aceito. Como exemplo o art. 358, do código em questão, estabelecia que "os filhos incestuosos e os adulterinos" não poderiam ser reconhecidos.

Ao distinguir os filhos por categoria aquela que não se enquadrava a imposição estatal não fazia jus a sua proteção. Por ser legitimação um dos efeitos do casamento, o filho considerado como ilegítimo não podia ter a sua paternidade reconhecida e o pai era isento de qualquer prestação.

Na hipótese de sucessão os filhos tidos como ilegítimos não eram considerados como herdeiros, como previa o art. 1.605 da Legislação Civil de 1916:

> "Art. 1.605. Para os efeitos da sucessão, aos filhos legítimos se equiparam os legitimados, os naturais reconhecidos e os adotivos.
>
> § 1º Havendo filho legítimo ou legitimado, só a metade do que a este couber em herança terá direito o filho natural reconhecido na constância do casamento (art. 358).
>
> § 2º Ao filho adotivo, se concorrer com legítimos, supervenientes à adoção (art. 368), tocará somente metade da herança cabível a cada um destes."

Essa negativa da existência do filho tido como ilegítimo, para Dias (2016) era um benefício apenas ao genitor, uma vez que não era penalizado pelo adultério, e a lei não estabelecia qualquer reconhecimento a esta prole, que era o único prejudicado dessa realidade excludente.

Nesse sentido, não havia uma preocupação legal em conceituar o que seria família, e nem de analisar a sua relevância como um fator essencial na construção dos indivíduos. Busca-se através do uso do instituto de família, legislar seletivamente para a preservação do Pátrio Poder, sem possibilitar qualquer tipo de mudança no panorama familiar.

A família é a base da sociedade civil e responsável pela formação humana, sendo outorgada ao Estado a sua proteção, devendo recriar seus preceitos de acordo com as novas relações sociais. As normas e conceitos morais imposto intercedem diretamente nos valores que irão compor cada indivíduo.

Como preceitua Madaleno (2018), a família é o reflexo do sistema social, das profundas modificações sociológicas com o transcorrer do tempo e às novas necessidades humanas construídas, tratando o Estado de incluir essa nova realidade ao plano jurídico.

Uma vez que o Direito de Família é justamente o resultado das relações pessoais e econômicas da sociedade conjugal, como da sua dissolução, do casamento, da relação paterno-filial, das relações de parentesco, um sistema complexo normativo ligado diretamente as relações sociais. (VENOSA, 2017)

A Constituição de 1937 trouxe um título específico em seu texto para tratar de Família, composto por apenas quatro artigos, não abordou sobre o conceito família, apenas retratou a constituição de filiação, como observado:

> "Art. 124 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos.
>
> Art. 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.
>
> Art. 126 - Aos filhos naturais, facilitando-lhes o reconhecimento, a lei assegurará igualdade com os legítimos, extensivos àqueles os direitos e deveres que em relação a estes incumbem aos pais."

A Constituição de 1937 foi à primeira Carta Magna do Brasil que não fez distinção entre os filhos naturais e legítimos. A ideia de que apenas o filho tido como legítimo era possuidor de proteção estatal aos poucos foi se modificando, o Direito vinha se modificando.

Houve um novo reconhecimento de família, possibilitando uma nova relação de paternidade. No entanto essa possibilidade não era cabível para os tidos como espúrios, que eram os filhos ilegítimos resultantes de adultérios e de impedimento de união. Continuando a figura paterna diretamente ligada ao sentindo de genitor.

Biroli (2014), defende que a família resulta de uma construção social que têm seu lugar, seu tempo e uma história. São relações singulares e íntimas que direcionam o indivíduo a ter uma identidade, noções ligadas ao afeto e sentimentos, de diferentes tipos, cabendo ao legislador adequar as leis a esse contexto vigente.

Dessa forma Costa (1997), defende que o direito é feito para traduzir as mudanças sociais e econômicas através de imposições práticas e imperativas, não podendo ser a sua criação exclusiva reservada ao legislador. Deve o Estado dar prática a uma legislação capaz de satisfazer as manifestações sociais.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 houve um redimensionamento no conceito de família para um modelo ampliativo. O Direito de Família passou a adotar uma ótica exclusiva aos valores maiores do princípio da Dignidade da pessoa humana, à vista de tantas alterações sociais, legais e científicas (MADALENO, 2018).

Percebe-se que a sociedade passa a exigir do Estado uma legislação que regule e tutele a família de acordo com as necessidades do anseio social. Que o Estado possa intervir no núcleo familiar com o intuito de sua preservação, mas que seja com base no tempo e espaço social. (VENOSA, 2017)

A família é o meio de realização pessoal do indivíduo, com função de constituir um Estado Democrático de Direito calcado no princípio da dignidade da pessoa humana e de existir em função dos integrantes que a constituem (GAGLIANO e FILHO, 2014).

A Carta Magna, em seu artigo 226, abarcou novas modalidades de família, facultando-as proteção estatal. E passou a reconhecer além da união advinda do casamento, a união livre e "a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes" (BRASIL, 1988).

Ao conferir juridicidade ao relacionamento existente fora do casamento, o conceito de filiação também sofreu modificação, uma vez que o documento constitucional proclamou a igualdade de direitos e qualificações aos filhos, sendo gerados ou não de uma relação de casamento.

A CF/1988 propiciou uma remodelagem ao Direito de Família a partir de três eixos: o reconhecimento das várias formas de constituição de uma família; da igualdade da filiação; e do princípio da igualdade entre homens e mulheres (MADALENO, 2018).

Em continuidade do entendimento de Madaleno (2018), diante de uma sociedade multifacetária com um novo molde de valores, fez com que as famílias brasileiras adotassem novos conceitos de ética e de moral a cada indivíduo que a compõe, deixando de adotar a visão patrimonial da família.

São novos paradigmas que passam a compor a realidade das famílias, é reconhecer novos vínculos sociais, além do consanguíneo. A lei passa acolher proteção jurídica aos laços afetivos que determinam essas novas relações fraternais, a família passa a adotar a premissa do afeto.

O conceito de família mudou, nos dias de hoje, há uma concepção múltipla de família, um ou mais indivíduos ligados por traços biológicos ou sócio psíquicos afetivos, voltados a construção dos valores éticos de cada um (FARIAS E ROSENVALD, 2012).

A entidade familiar passa ser o espaço de reprodução do afeto e do amor, surgindo várias representações sociais para ela. E por ter como atributos a multiplicidade e variedades de fatores, torna-se impossível fixar um modelo padrão de família (GAGLIANO, 2017).

2.2. Da filiação

Filiação é a relação jurídica que une o filho aos seus pais. Já em sentindo inverso, o vínculo será denominado como paternidade ou maternidade, em um sentindo mais amplo o termo paternidade, que abrange tanto a maternidade como a paternidade (GONÇALVES, 2017).

Com o advento da Constituição Federal de 1988, presenciou-se uma nova fase da paternidade ou maternidade e da filiação. Iniciou a desconstrução da ideologia de uma família patriarcal, que reinou absoluta na sociedade brasileira (MADALENO, 2018).

A CF/88 trouxe em seu texto legal modelos de família, mas através de um rol exemplificativo, permitindo assim, o reconhecimento de novos modelos de família como observado nos §§ 3º e 4º do art. 226:

> "§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
>
> § 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes."

E em seu § 6º do art. 227 ao determinar que "os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação", vedou qualquer tipo de hierarquia e distinção entre os tipos de filiação.

O dispositivo cível de 2002 reafirmou o posicionamento da Carta Federal ao tratar do princípio da isonomia entre os filhos e dispôs sobre a possibilidade da paternidade presumida, como nos casos de:

> "Art. 1.597. Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos:

> I - nascidos cento e oitenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal;
>
> II - nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento;
>
> III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;
>
> IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;
>
> V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido."

O ordenamento jurídico brasileiro identifica algumas modalidades de filiação, seja a biológico ou consanguíneo, que resulta dos laços de sangue entre o ascendente e seu descendente. A jurídica ou civil, que o vínculo entre pai e filho se dá por reconhecimento de lei. Ou a socioafetiva que o vínculo paterno-filial se baseia no afeto exteriorizado socialmente.

Trata-se da ideia já consagrada socialmente de que "pai é quem cria", devendo se ver os pais como aqueles que vivem por amar os seus filhos. É o Estado reconhecer a pluralidade de laços afetivos, com a admissão da multiparentalidade, independentemente do vínculo sanguíneo (GAGLIANO, 2017).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), caracteriza a filiação como um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, em seu art. 27. O Código Civil/2002 por sua vez, em seu art. 1610, estabelece ser um ato irrevogável e veda qualquer tipo de condição imposta para o reconhecimento da filiação, em seu art. 1613.

O atual do Código Civil trouxe como regra a permissão para se discutir a maternidade ou da paternidade em um aspecto geral, de qualquer que seja a sua forma de constituição. Levando em conta a origem genética, como também a perspectiva socioafetiva (GAGLIANO, 2017).

2.2.1 Da filiação socioafetiva

A Constituição proporcionou um marco revolucionário no direito de família, ao estabelecer um tratamento igualitário e humanístico para os novos arranjos de família. E esse entendimento foi reproduzido no Código Civil de 2002, recepcionando uma nova dimensão social jurídica.

Embora a CC/1988 tenha feito uma expansão do conceito de família e permitido o reconhecimento de novos modelos de relação família. O Estatuto da Criança e do Adolescente

apresenta um extenso leque de diferentes modelos de núcleos familiares em seu texto (MADALENO, 2018).

Os Códigos elaborados a partir da vigência da Constituição de 1988 passaram a dedicar normas sobre a nova realidade de família, sendo o princípio da dignidade da pessoa humana a sua base primordial. O novo Código Civil foi de encontro ao clamor social, incorporando as mudanças sociais ocorridas do século XX.

Ao determinar em seu art. 1593 que "o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem", o ordenamento deixou em aberto a possibilidade de reconhecimento uma nova origem. Que ao considerar a sociedade atual, refere-se a relação socioafetiva.

O moderno Direito de Família adota o princípio da afetividade, tido como uma força propulsora de todas as relações da vida, principalmente nas relações de família. De modo que molda os vínculos dos membros de uma família, mas respeitando a individualidade de cada (GAGLIANO, 2017)

A afetividade decorre da liberdade que cada indivíduo possui de afeiçoar-se a outro, deve estar presente nas relações interpessoais, nos vínculos de filiação e parentesco. Perpassa da relação do casal entre si, destes com seus filhos, e com outras pessoas do seu convívio (MADALENO, 2018).

Tendo como respaldo legal o texto do art. 1593 do Código Civil, levou o Conselho de Justiça Federal do Brasil emitir enunciados sobre a temática socioafetiva, tais como:

> **"Enunciado 256** - A posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil.
>
> **Enunciado 519** - O reconhecimento judicial do vínculo de parentesco em virtude de socioafetividade deve ocorrer a partir da relação entre pai(s) e filho(s), com base na posse do estado de filho, para que produza efeitos pessoais e patrimoniais."

Houve uma ampliação a segurança jurídica ao avanço da sistematização da filiação. Como mencionado por Pamplona e Gagliano (2016), vivenciamos um moderno Direito Civil, do qual há o reconhecimento da paternidade ou maternidade biológica, mas sem prevalece-la sobre a questão afetiva.

O princípio da afetividade passa a embasar as relações jurídicas do ordenamento brasileiro. Como observado no conceito de família consagrado no inciso II, do art. 5º da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), ao considerar "os indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa".

Com esse novo entendimento das relações de parentesco sobre a ótica da socioafetividade, o IBDFAM elaborou o Projeto de Lei nº 2.285 de 2007, que dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Consagrando suporte jurídico às novas configurações das entidades de família brasileira em uma única legislação.

Ao tratar das relações de parentesco, em seu art. 10, o Estatuto das Famílias define-a como um resultado "da consanguinidade, da socioafetividade ou da afinidade". Reconhece legalmente novos elementos capazes de configurar a relação entre pai e/ou mãe e filho.

A filiação socioafetiva tem como critério basilar para a sua configuração a presença de reconhecimento recíproco, ou seja, a vontade de ambas as partes de serem reconhecidos como pai e/ou mãe e filho. É um ato livre, voluntário, espontâneo, incondicional e irrevogável.

A parentalidade socioafetiva, termo que abrange tanto a maternidade como a paternidade, pode ser definida pelo vínculo entre pessoas que vivem como se parentes fossem. E ao ser comprovado a existência do vínculo, aos filhos socioafetivos é dado os mesmos direitos dos biológicos (CASSETTARI, 2014).

O julgamento do Recurso Especial n. 1.000.356/SP, de 25 de maio de 2010, assenta-se em demanda de ação "negatória de maternidade" cumulada com pedido de anulação de assento de nascimento, em face da irmã adotiva, retrata o reconhecimento da maternidade socioafetiva.

A irmã mais velha, autora da demanda, queria extinguir o vínculo materno-filial, entre a sua falecida mãe e sua irmã adotiva. Baseando-se na forma que o procedimento foi realizado, através da "adoção à brasileira" que é uma conduta considerada como crime no ordenamento brasileiro, tipificada no art. 242 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940).

A Ministra Nancy Andrighi, levando a efeito o reconhecimento espontâneo da maternidade, a perfeita demonstração da vontade, por parte da mãe adotiva, de declarar perante a sociedade ser mãe da criança. Vê-se no acórdão recorrido que fica demonstrado a efetiva existência de vínculo familiar, construída a base do afeto.

Desse modo, a relatora aduz que:

> "Assim, ainda que despida de ascendência genética, a filiação socioafetiva constitui uma relação de fato que deve ser reconhecida e amparada juridicamente. Isso porque a maternidade que nasce de uma decisão espontânea deve ter guarida no Direito de Família, assim como os demais vínculos advindos da filiação."
>
> (STJ – REsp: 1.000.356 SP 2007/0252697-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 25/05/2010, T3 – TERCEIRA TURMA, Data da Publicação: DJe 07/06/2010)

A demanda foi julgada em função do elemento subjetivo do afeto desenvolvido entre os dois polos. A filiação socioafetiva advinda da adoção à brasileira, tida como ato ilícito, comprovou o reconhecimento afetivo entre quem promoveu o registro, a mãe, e a pessoa registrada, a filha adotiva.

O afeto é um elemento de suma importância para a verificação da filiação socioafetiva, mas deve ser somado a outros, como o da vontade recíproca, para corroborar no reconhecimento afetivo. Como o instituto de posse de estado de filho, que é a exteriorização dessa convivência familiar e afetiva.

2.3. Da posse de estado de filho

Refere-se a uma situação de fato que abrange os aspectos extrínsecos da filiação. Se estabelece diante de comportamento adotado perante a sociedade e entre os indivíduos envolvidos. No entanto não há uma lei expressa que determine quais os critérios para essa configuração de posse de estado de filho.

Desse modo, o estado de filho é oportunizar ao intitulado da posse, as vantagens, direitos e obrigações inerentes a figura de filho. É necessário analisar cada caso em específico para identificar algumas características que possam comprovar esse vínculo.

Trata-se de uma relação paterno-filial de cunho íntimo, afetuoso e duradouro e que tenha visibilidade, ou seja, a relação deve ser reiterada ao longo do convívio. Desse modo resultará em circunstâncias capazes de comprovar a condição de filho criado por alguém que desempenha a função de pai ou de mãe.

Alguns doutrinadores consideram a leitura do inciso II, do art. 1605 do CC/2002 como uma previsão da posse de estado de filho, como observa-se:

> "Art. 1.605. Na falta, ou defeito, do termo de nascimento, poderá provar-se a filiação por qualquer modo admissível em direito:
>
> I- quando houver começo de prova por escrito, proveniente dos pais, conjunta ou separadamente;
>
> II- quando existirem veementes presunções resultantes de fatos já certos."

Como retrata Madaleno (2018), a chamada posse do estado de filho é sustentada no amor e no desejo de ser pai ou de ser mãe, é a essência da verdadeira filiação, estabelecendo uma relação filial espontânea. Há a expansão ou o surgimento de uma nova família, gerando diversos direitos e obrigações para as partes.

Cabe ressaltar que ao ocupar uma posição que não é sua em uma família, ao desfrutar de uma situação jurídica que não corresponde com a verdade, ou seja, ao ser criado como se filho fosse, esse indivíduo detém a “posse de estado de filho”. (DIAS, 2016).

O Instituto Brasileiro de Direito de Família preconiza que a “posse de estado de filho pode constituir paternidade e maternidade”, em seu enunciado de nº 07. Sendo uma das condições para a averiguação do reconhecimento da filiação socioafetiva, mas ressaltando serem institutos diferentes.

Quando uma criança ou adolescente estar na posse de estado de filho não significa que vá resultar em reconhecimento de filiação socioafetiva. Poderá uma mulher, ao constituir matrimônio com um homem que tenha filhos, criar as crianças instituindo a posse de estado de filho, mas sem querer configurar a maternidade socioafetiva.

O instituto de posse de estado de filho pode ser utilizado como prova para a comprovação da filiação socioafetiva, no entanto precisará ser somada a outros elementos probatórios. É a valorização da verdade socioafetiva em uma relação, através do registro do tratamento entre os indivíduos na condição de pai e/ou mãe e filho.

2.3.1. Elementos constitutivos da posse de estado de filho

Lôbo (2006), define esse instituto da posse de estado de filho como a exteriorização da convivência familiar, devendo ser contínua e afetiva. Ocorre quando alguém que assume o papel de filho perante quem assume o papel de pai e/ou mãe, mesmo que haja ou não vínculo sanguíneo.

É o famoso “filho de criação”, como retrata Gagliano (2017, p. 1300), se dá através do comportamento da família, ao integrar a criança ou adolescente ao ambiente maternal ou paternal como se filho fosse. Ao consolidar a situação de afeto, configura como prova em juízo da presunção de existência do estado de posse de filho.

A presunção de estado de filho está diretamente ligado ao princípio da aparência, é a exteriorização da condição filial, é a maneira comportamental que a criança ou adolescente vivência, mas que ainda não teve reconhecimento jurídico de filiação, é apenas o estado de fato.

Ao julgar a Apelação Cível de nº 70.050.868.231, o Tribunal do Rio Grande do Sul expôs os requisitos de ordem objetiva exigidos para configurar o estado de filho, sendo eles: o

da “nominatio”, “reputatio” e o do “tratactus”. No entanto não se faz necessário a cumulatividade dos três.

Deve-se analisar cada requisito de forma individual, conforme a singularidade de cada caso concreto, e depois ao soma-los resulte no instituto de posse de filiação. O “nominatio” refere-se a atribuição do sobrenome materno ou paterno a criança ou adolescente, no entanto é um requisito dispensável.

O tractatus é o requisito que expressa o tratamento social de filho legítimo ao filho socioafetivo, através da conduta da pessoa que represente a figura de pai ou mãe. É prover educação, proteção à saúde, fazer companhia, prestar ao filho socioafetivo amparo material e emocional.

O “reputatio” é o status de pai e/ou mãe e filho ser notório, é a reputação que essa relação exterioriza aos presumidos pais e ao meio social que convivem, ser visível a sociedade. E que os requisitos devem ser contínuos, para apresentar estabilidade para a garantia de segurança jurídica.

3. A MULTIPARENTALIDADE E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA RELAÇÃO SOCIOAFETIVA

O ordenamento jurídico brasileiro, diante das novas formas de composição de família, passou a admitir a paternidade socioafetiva como legítima, reconhecendo como tipos de parentalidade, a biológica, a socioafetiva e a jurídica. Gagliano (2016), define a multiparentalidade coma a situação de parentesco que o indivíduo tem múltiplos pais.

A multiparentalidade é um novo molde ao ordenamento jurídico brasileiro, sendo identificado através do afeto, sendo analisado pela ótica do vínculo filiativo com mais de duas pessoas que assumam com o filho socioafetivo os encargos do poder de família (MADALENO, 2018).

É quando uma criança ou adolescente tem em seu registro de nascimento a figura de mais de um pai ou de mais de uma mãe, simultaneamente. Em uma única filiação há a soma da paternidade e/ou maternidade biológica e socioafetiva, dessa forma, acarreta mudanças no âmbito jurídico.

E como diretriz para a doutrina e jurisprudência o Instituto Brasileiro de Direito de Família aprovou enunciados referentes a multiparentalidade. Em seus enunciados de número 9 e 29, reconheceu os efeitos jurídicos e a possível cumulação de parentalidade socioafetivo e biológica no registro civil.

Diante desse novo cenário social e jurídico, a jurisprudência passou a modificar seu posicionamento sobre o tema, destaque para o julgamento da repercussão geral 622 apreciado no Recurso Extraordinário 898.060-SC, sendo reconhecido pelos ministros o princípio da socioafetividade.

O Recurso Extraordinário fixou a tese de que: “a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com todas as suas consequências patrimoniais e extrapatrimoniais” (2016, p.1), consolidando igualdade hierárquica jurídica para ambos os vínculos.

Pamplona e Gagliano definem o termo princípios como postulados fundantes de todo o sistema jurídico. São informadores das regras, que advindas da realidade social e da realidade jurídica, atribuindo significado e validade jurídica a legislação. (2017, p. 389). Desse modo passa-se aos princípios norteadores da relação parteno-filial.

3.1. Da Dignidade da Pessoa Humana

A promulgação da Constituição Federal em 1988, como destaca Madaleno (2018, p.97) resultou em uma revolução ao Direito de Família, trouxe em seu texto legal o fundamento jurídico da dignidade humana, possuindo como um dos seus princípios basilares o da igualdade formal e substancial.

O princípio da dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, tem previsão legal no inciso III, do art. 1º da Constituição Federal, e se relaciona com os Direitos Fundamentais. Não há um conceito isolado, o princípio da dignidade é um somatório de garantias do indivíduo.

O princípio da dignidade humana é um princípio ético e ganha diversos conceitos e aplicações como forma de preservação dos direitos e garantias fundamentais do ser humano, é algo inerente a natureza humana, o indivíduo já nasce detento desse princípio, cabendo ao Estado e a sociedade a sua garantia e preservação.

O princípio da dignidade humana é um princípio ético e tem valor relativo, desse modo ganha diversos conceitos e aplicações, uma vez que é construído na medida que a ideologia social vai mudando, se adequando a cada nova condição que surge.

O artigo 6º da Carta Magna expõe que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados", ou seja, o mínimo que cada pessoa requer.

Há também a previsão legal do artigo 170 e o inciso 7º do 226, da Lei Maior, que tratam do princípio da dignidade, ao expor que:

> "Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
>
> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
>
> 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas."

Como forma de preservação aos direitos e garantias fundamentais do ser humano, o princípio da dignidade humana é algo inerente a natureza humana, o indivíduo já nasce detentor desse princípio, cabendo ao Estado e a sociedade a sua garantia e preservação.

O Princípio da dignidade é um direito de caráter universal, utilizado como um instrumento voltado a resguardar a democracia, estabelecendo institutos que evitem o preconceito e protejam o indivíduo como detentor de direito. E na seara do direito de família tenta resguardar a afetividade das relações como seu principal valor.

Para efeitos legais, conforme estabelecido no art. 2º do ECA, criança é o indivíduo até doze anos de idade incompletos, e entre doze e dezoito anos de idade considerado adolescente. Detentores de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

O princípio da dignidade orienta os demais ramos do direito, o ECA em seu Título II trata sobre os direitos fundamentais da criança e do adolescente, abordando em seu Capítulo II sobre à dignidade, como prevê os artigos:

> "Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
>
> Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor."

A dignidade da pessoa humana visa resguarda o direito de cada indivíduo em sua singularidade, fazendo com que a sociedade e o direito estabeleçam condições adequadas para tanto.

3.2. Da igualdade jurídica dos filhos

A adoção do princípio da igualdade direitos pela Constituição Federal, garante aos cidadãos a vedação de diferenciações arbitrárias e absurdas. Com o objetivo de propiciar condições sociais igualitárias, através das leis e pela aplicabilidade de políticas ou programas de ação estatal (MORAES, 2016, p.48).

O princípio da igualdade, elencado no artigo 5º do Diploma Constitucional, reconhece que "todos são iguais perante a lei", e em seu artigo 227, §6º, baniu qualquer ato de caráter discriminatório ao filhos por causa da rua origem de filiação, sendo um avanço ao que tange à filiação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também reconheceu a isonomia de filiação ao fixar em seu art. 20 "que filhos, havidos ou não de relação do casamento, ou por adoção, terão o mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação".

O enunciado 06 do IBDF, reconhece a filiação socioafetiva, e aduz que ao filho que advém dessa relação de afeto, é garantido juridicamente todos os direitos e deveres legais, sem qualquer distinção, cabendo à autoridade parental proporcioná-los. Desse modo surge uma expansão de maneiras para que ocorra o reconhecimento da filiação.

Atribui uma maior segurança jurídica a relação de filiação, uma vez que nos primórdios do direito brasileiro, detinha como característica basilar o aspecto discriminatório e excludente, dos quais a filiação só era reconhecida pelo Estado ao se enquadrar nos critérios intolerantes da época.

Desse modo uma das figuras mais prejudicas era a do filho, pois diante da realidade patriarcal da época os filhos gerados fora do casamento não eram reconhecidos como sujeitos de direito. Adoção da isonomia da filiação acolhe-os como indivíduos detentores de direitos e deveres na ordem civil.

Acarretou ao Estado à proteção as crianças e adolescentes independentemente da origem de filiação, se é resultado de uma união estável, casamento, namoro, pois o estado de filiação é um direito que o sujeito já detém ao nascer, do qual pode ser reconhecido a qualquer momento.

Como forma de proteção o Estatuto da Criança e Adolescente ratifica o entendimento exposto em seus artigos 26 e 27, quando aduz:

> "Art. 26. Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
>
> Art. 27. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça."

Garantindo o reconhecimento paterno e materno aos filhos independentemente da situação que originou a filiação, se dentro de uma união matrimonial ou não, se naturais, adotivos ou socioafetivos. Pois estado de filiação é um direito que nasce com o indivíduo e pode ser reconhecido legalmente a qualquer tempo.

De modo que, todos os filhos, qualquer que seja a natureza da filiação, biológica, por adoção ou oriunda da afetividade, irão usufruir de direitos e deveres, tais como os relativos a questão sucessória, ao sobrenome, entre outros, de igual modos.

De modo que o direito deve, como relata Madaleno (2018), deve primar a realidade dos preceitos da nova tábua de valores, resultante das relações de família fixadas pelo afeto e na realidade de cada indivíduo.

3.3. Da igualdade entre as parentalidades

O princípio da igualdade visa impedir, que leis, atos normativos e medidas provisórias, criem tratamentos abusivos para diferenciar as pessoas que encontram-se em situações idênticas. Visando a aplicação da lei e dos a normativos de maneira igualitária (MORAES, p.48).

Com base no critério da carga genética dos indivíduos configura-se o vínculo biológico, umas das formas de se comprovar a paternidade e maternidade do indivíduo. Destaca-se a realização do exame de DNA, que é utilizado como prova técnica para a determinação da filiação.

Diante da novas relações, da modernidade social o ordenamento jurídico passou a considerar outros critérios capazes de comprovar o vínculo materno e paterno. Passa-se a discutir sobre a existência do vínculo socioafetivo e as suas consequências no mundo jurídico.

Ressalta-se que o vínculo socioafetivo, é um fato que existe na sociedade desde os primórdios da civilização. No texto bíblico ao retratar o nascimento de Jesus Cristo explana que "estando Maria, sua mãe, desposada com José, sem que tivessem antes coabitado, achou-se grávida pelo Espírito Santo" (MATEUS, cap.1: 18-24).

Essa versão da história da humanidade é um exemplo de relação socioafetiva, uma vez que, José criou, cuidou e reconheceu Jesus como filho, mesmo não possuindo vínculo biológico. Mas é fato que na relação entre ambos havia a existência da relação paterno-filial, embasado pelo elo afetivo.

Essa história bíblica corrobora para o entendimento de que a relação materna e paterna também resulta do vínculo socioafetivo. Desse modo Pereira (2012) preceitua sobre a variedade de possibilidade de ser pai:

> "(...) constitui, segundo a Psicanálise, uma função. É essa função paterna exercida por um pai que é determinante e estruturante dos sujeitos. Portanto, o pai pode ser uma série de pessoas ou personagens: o genitor, o marido da mãe, o amante oficial, o companheiro da mãe, o protetor da mulher durante a gravidez, o tio, o avô, aquele que cria a criança, aquele que dá seu sobrenome, aquele que reconhece a criança legal ou ritualmente, aquele que fez a adoção..., enfim, aquele que exerce uma função de pai."

É entender que uma relação de pai e filho, ou de mãe filho, é lastreada não só com o nascimento, com o fato genético, mas a partir do momento que há um tratamento recíproco e de livre manifestação de afeto entre o adulto e a criança e ou o adolescente.

E a multiparentalidade permitiu que ambas hipóteses de parentalidade fossem reconhecidas legalmente. Tornando-se pacificado pela doutrina e jurisprudência que a relação socioafetiva também é um critério que constitui a filiação. Com efeito da multiparentalidade é possível reconhecer ao mesmo tempo a paternidade e maternidade socioafetiva juntamente com a biológica.

Ao reconhecer a dupla paternidade será concedido todos efeitos jurídicos e sem distinção aos indivíduos da relação, uma vez que a filiação socioafetiva tem a mesma proteção legal que a biológica. Desse modo a certidão de nascimento apresentará dupla maternidade e/ou paternidade.

Ao prevalecer o melhor interesse da criança e do adolescente, torna-se possível que esses sujeitos tenham efetivamente em seu registro de nascimento e em seu convívio familiar, a presença de dois pais ou duas mães.

3.4 Da afetividade e da busca da felicidade

A busca pela felicidade é um direito do indivíduo, de ter liberdade para se relacionar afetivamente com outro, é um vínculo que o Estado não pode impedir e nem rotular. Pois o afeto surge da interação entre os irmãos, pais e filhos, tios e sobrinhos, com as pessoas que fazem parte e formam uma família.

O afeto é um laço de agregação entre as famílias, pois ele envolve as relações familiares internas e externas, constituindo um vínculo de solidariedade entre todos os indivíduos da família e em relação com os indivíduos de outras entidades, fazendo com que essa afeição se perpetue a sociedade.

O afeto adquiri um valioso papel na caracterização de uma entidade familiar, possui características que remetem à interação e ligação entre os indivíduos, sendo capaz de equilibrar as relações socioafetivas, ou seja, é uma busca pela felicidade.

O ordenamento jurídico brasileiro passou a considerar como relevante o tema relacionado ao afeto, por sua pauta está sempre se adequando as novas necessidades que surgem no meio social. Passa a compreender o afeto como um princípio tácito que compõe a dignidade humana.

O Ministro Luiz Fux ao deliberar sobre o mérito do Recurso Extraordinário n. 898.060-SC, (2016, p.03), preceituou que o princípio da busca da felicidade protege do indivíduo da possível coação estatal de enquadrar a sua realidade familiar à modelos pré-concebidos pela lei.

São essas relações afetivas que modificam o Direito de Família e resultam em dois princípios, o da afetividade e da busca pela felicidade, que se complementam em busca do benefício emocional do indivíduo. Porém não há previsão constitucional no ordenamento jurídico brasileiro, no entanto é aplicado as decisões dos magistrados.

Madaleno (2018, p.145) retrata que os laços consanguíneos não se sobrepõem os laços afetivos, e que a afetividade deve estar presente nos vínculos de filiação e parentesco, se adaptando a cada caso. E que a maior prova de reconhecimento desse princípio foi o ordenamento ter instituído a isonomia da filiação.

3.5 Do melhor interesse da criança e do adolescente

O conceito do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente varia de acordo com a especificidade da entidade familiar, desse modo não há um conceito exato. Sendo aplicado em análise de cada circunstância fática e jurídica em favor do menor, a fim de garanti-los a devida proteção legal e emocional.

A primazia do princípio do melhor interesse de menor deriva da proteção integral, é a assegurar os direitos básicos a criança e ao adolescente, tais como: saúde, afeto e convivência familiar, educação, entre outros direitos. Pode-se extrair uma forma de conceito ao interpretar o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

> "Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária."

Esse princípio norteia as demais áreas do direito e de políticas públicas, cabendo ao Estado a figura de seu defensor, devendo elaborar mecanismos para a melhor aplicabilidade do direito protetivo em questão. Voltado a ampla proteção e assistência ao desenvolvimento mental, a personalidade do menor e o seu convívio social.

Outra interpretação de conceito pode ser retirada da Constituição Federal ao expressar c para em seu artigo:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao

> respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ao discutir alguma situação que tenha como sujeito de direito uma criança ou adolescente, o ordenamento jurídico deve priorizar o princípio do melhor interesse do menor em primazia dos demais institutos. Por ser um instrumento garantidor dos interesses do menor detentor de dignidade e em desenvolvimento.

3.6 Da convivência familiar

O princípio da convivência familiar trata-se de uma necessidade para a criança e adolescente, por se tratar de indivíduos que estão em processo de desenvolvimento, seja de caráter psicológico, moral, físico, educacional. Dessa maneira, são pessoas que precisam de uma maior proteção perante o Estado, a sociedade e a família.

O Código Civil sobre a capacidade civil da criança e adolescente, em seus artigos 3º e 4º, classifica-os como absolutamente incapazes as crianças e os adolescentes até 16 anos, e relativamente incapazes os adolescentes com a idade de 16 a 18 anos.

As pessoas até completar os 18 anos, são sujeitos que precisam de uma proteção especial, e através da formação desse vínculo familiar que a personalidade desses sujeitos será constituída. Disciplinando o ECA que:

> "Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
>
> Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes."

A Constituição Federal em seu art. 3º, inciso I, estabelece o princípio da solidariedade, que justifica a imposição à sociedade e ao Estado, de garantir proteção a entidade familiar e à criança e ao adolescente, prevista nos arts. 226 e 227 do mesmo diploma legal.

Ressalta-se a importância da responsabilidade social atribuída a entidade familiar, de forma a estabelecer proteção, amparo legislativo e assistência a esse vínculo, por ser capaz de promover, aos indivíduos que a compõe, o desenvolvimento e atos que assegurem as condições de vida digna.

Ao afirmar proteção integral à criança e ao adolescente, em seu art. 1º, o ECA reconhece-os como sujeitos prioritários de direito nas esferas sociais e jurídicas. E define algumas medidas de proteção aplicáveis sempre que os direitos desses indivíduos se encontrarem ameaçados ou se violados.

Dentre tais medidas protetivas destaca-se a dos vínculos familiares e comunitários, prevalecendo a família como promotora de direitos e proteção dos interesses dos sujeitos menores. Pois cada entidade familiar irá proporcionar a estes sujeitos as condições necessárias para o seu desenvolvimento de acordo com a especificidade de cada indivíduo.

A família é a referência fundamental para esses indivíduos em desenvolvimento, de modo que a responsabilidade parental seja efetuada direcionada aos deveres para com as crianças e os adolescentes, influenciando-os, mas possibilitando, também, a sua autonomia.

A intervenção parental estabelece disciplina, independência, valores culturais, morais, educação, uma estrutura que impacta no desenvolvimento social da criança. Ao incentiva-los, a família faz com que as crianças e adolescentes tornem-se indivíduos capazes de superar as suas dificuldade.

A família tem um papel tão importante na vida dessas pessoas que ainda não são adultas, que a manutenção e a reintegração destes à sua família tem preferência a qualquer outra providência. Assegurando-os o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade, como preceitua a Lei nº 8.069/1990. Determinado o Eca que:

> "Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

O planejamento familiar é livre, e por ser o primeiro espaço de convivência da infância e juventude, será estabelecido condutas que melhor se adequem a realidade e as necessidades desses, voltadas para a sua proteção integral. Possibilitando-os aprender e incorporar valores essências para a construção de um indivíduo.

Diante disso, é possível identificar a característica pluridimensional da convivência familiar, uma vez que atua em benefício da proteção legal da criança e do adolescente, com compromisso com o futuro. A criança e o adolescente torna-se o adulto com reflexo do que lhe foi ensinado no âmbito familiar.

Esse processo de constituição do caráter do ser humano promove habilidades socioemocionais, que prepara a criança e o adolescente para a adversidade do mundo, prepara-os para a integração a novos vínculos sociais, emocionais, morais, e a constituição de um novo ambiente familiar.

4. DA POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DA MATERNIDADE E PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

4.1. O Provimento nº 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça

O novo consciente social ao considerar novos valores para a formação da pessoa humana, tais como os vínculos psicológicos do afeto, desencadeou uma nova personalização da família, que reconheceu a importância de novas concepções sobre elo hereditário (MADALENO, 2018).

Diante dessa nova realidade, do consciente da sociedade em proteger seus integrantes considerando os sentimentos e emoções compartilhados, o Direito passa a reconhecer a paternidade e a maternidade socioafetiva e seus efeitos jurídicos morais e patrimoniais.

Sendo oportuno, transcrever trecho do acórdão relatado pela Ministra Nancy Andrighi nos autos do REsp n. 878.941/DF, in verbis:

> "A paternidade sócio-afetiva pode estar, hoje, presente em milhares de lares brasileiros. O julgador não pode fechar olhos a esta realidade que se impõe e o direito não deve deixar de lhe atribuir efeitos. [...] Não se pode olvidar que a relação construída ao longo dos anos entre pais e filhos permanece na psique individual, perpetuando valores compartilhados por aquele núcleo familiar. Na esfera social, são os amores, dissabores e experiências diariamente compartilhados que constroem a família e a filiação. Na família sócio-afetiva o homem realiza-se com dignidade e plenamente. Por isso, se a existência da filiação sócio-afetiva é trazida ao mundo jurídico por declaração de vontades, cumpre ao julgador reconhecer validade e eficácia nesse ato". (Resp n. 878.941/DF, relator Ministra Nancy Andrighi, DJ de 17/9/2007).

Com a ascensão dessa nova concepção de entidade familiar, da filiação, passa a ser exigido do Direito Família uma proteção maior ao instituto. Por essa razão o IBDFAM se empenhou na construção do Projeto de Lei n. 2.285, de 2007, para reescrever o Direito de Família e assim criar o Estatuto das Famílias.

A partir do ano de 2010, com a nova conjuntura das relações afetivas, o CNJ editou os Provimentos de nº 12, 16 e 26, com o intuito de facilitar e incentivar o reconhecimento voluntário da paternidade biológica e socioafetiva, podendo ocorrer pela via judicial ou extrajudicial, ou seja, diretamente nos cartórios de registro de pessoas naturais.

A possibilidade de registro extrajudicial da paternidade socioafetividade foi adotada por alguns Estados brasileiros, desse modo cada ente estabelecia os seus critérios e formatos a serem adotados no procedimento, no entanto a medida não era permitida em alguns Estados.

Essa possibilidade de extrajudicialização do reconhecimento voluntário da parentalidade socioafetiva variava de localidade para localidade, pois cada Estado adotava critérios e formatos distintos. Por não haver uma uniformidade nacional, no ano de 2015 o IBDFAM elaborou o pedido de providências nº 0002653-77.2015.2.00.0000.

O pedido solicitava ao CNJ a uniformização de regulamentação de registro civil de paternidade socioafetiva perante os oficiais de registro civil do Brasil. O pedido tinha como fundamento o Princípio da Dignidade Humana, da Afetividade e entendimento jurisprudencial dos Tribunais estaduais e superiores por admitir possibilidade de registro da paternidade socioafetiva.

O IBDFAM apresentou como argumento a ameaça a segurança jurídica que a possibilidade de cada Estado ter um provimento para regulamentar a situação em questão traria. Essa situação iria acarretar dúvidas, uma vez que os provimentos instituídos por cada ente não teriam a orientação do CNJ.

O pedido também apresentou alguns requisitos formais necessários para que o Oficial de Registro fosse instado a proceder ao reconhecimento da paternidade socioafetiva. Como a vontade livre e desimpedida de ser pai ou mãe juntamente com comprovação do estado de posse de filho.

Diante da ausência de uma lei que aborde sobre a questão, o pedido ressaltou a utilização de alguns requisitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em especial da adoção unilateral, por objetivar o vínculo (judicial) paterno-filial.

4.2. O Provimento nº 63/2017 do Conselho Nacional de Justiça

Ao admitir a necessidade de igualdade e padronização do reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, o Conselho Nacional de Justiça com o propósito de facilitar o acesso ao registro do estado de filiação, em 14 de novembro de 2017, editou o Provimento nº 63.

O Provimento nº 63 do CNJ alterou questões relacionadas ao registro de pessoas naturais, dentre as quais a possibilidade de reconhecimento extrajudicial das filiações

socioafetivas, em todo território nacional, tornando o procedimento padrão com orientação do CNJ.

Através desse modelo de extrajudicialização do Direito Privado, o CNJ visava facilitar o acesso a um dos atos necessários ao exercício da cidadania, o registro de nascimento, diante dos novos conceitos de parentesco e filiação do Direito de Família Brasileiro.

Uma vez que antes do Provimento nº 63 do CNJ o reconhecimento e o registro da filiação socioafetiva só eram realizados com o ingresso de uma ação judicial, o que houve foi a busca por um caminho para adequar atos extrajudiciais a realidade da multiparentalidade.

O Provimento nº 63 regulamenta em sua Seção II, do artigo 10 ao 15, o reconhecimento voluntário da maternidade ou da paternidade socioafetiva. Apresentando no seu início alguns "considerandos" para facilitar o entendimento das suas deliberações, como se segue:

> "(...) CONSIDERANDO a existência de regulamentação pelas corregedorias-gerais de justiça dos Estados do reconhecimento voluntário de paternidade e maternidade socioafetiva perante os oficiais de registro civil das pessoas naturais;
>
> CONSIDERANDO a conveniência de edição de normas básicas e uniformes para a realização do registro ou averbação, visando conferir segurança jurídica à paternidade ou à maternidade socioafetiva estabelecida, inclusive no que diz respeito a aspectos sucessórios e patrimoniais;
>
> CONSIDERANDO a ampla aceitação doutrinária e jurisprudencial da paternidade e maternidade socioafetiva, contemplando os princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana como fundamento da filiação civil;
>
> CONSIDERANDO a possibilidade de o parentesco resultar de outra origem que não a consanguinidade e o reconhecimento dos mesmos direitos e qualificações aos filhos, havidos ou não da relação de casamento ou por adoção, proibida toda designação discriminatória relativa à filiação (arts. 1.539 e 1.596 do Código Civil); (...)"

Esse provimento representou um estágio significante para o princípio da afetividade, por permitir que formalização do vínculo filial socioafetivo adentrar nos balcões dos cartórios.

4.2.1. Dos requisitos extrajudiciais da paternidade socioafetiva

Como dito, a Seção II do Provimento nº 63/2017 do CNJ intitulado como "da Paternidade Socioafetiva", nos textos dos seus artigos 10 ao 15, a seção apresenta especificamente os requisitos previstos na normativa para a autorização do reconhecimento voluntário da parentalidade socioafetiva.

O Provimento não exigia uma idade mínima da pessoa para ter a filiação socioafetiva reconhecida, como previa seu art. 10. Considerando o entendimento do art. 2º do ECA, “considera-se criança pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Nesse caso tanto crianças, como adolescentes e adultos poderiam ter a sua filiação socioafetiva reconhecida perante o cartório. No entanto no caso dos adolescentes, pessoa maior de doze anos de idade, era necessário o seu consentimento.

Sendo um ato irrevogável, o reconhecimento extrajudicial de parentalidade deve ser requerido por pessoas maiores de dezoito anos de idade, de modo que só pode ser desconstituído judicialmente, mas se comprovado a presença de vício de vontade, simulação ou fraude.

O Provimento também adotou alguns requisitos do ECA, como a analogia do exposto no art. 42 do Estatuto, ao não permitir o reconhecimento de irmãos entre si nem os ascendentes, e exige que os ascendentes socioafetivos tenham uma diferença de idade de dezesseis anos do filho socioafetivo.

Não sendo necessário que o pedido seja feito na mesma localidade onde foi lavrada a certidão de nascimento, e deve conter o consentimento expresso e pessoal do pai ou da mãe do indivíduo, como coleta pessoal das assinaturas, sendo destinado ao Oficial de Registro proceder a verificação de identidade do requerente.

É necessário também uma declaração das partes de desconhecimento de processo judicial de discussão sobre a filiação aludida. E na hipótese de não se atender a todos os requisitos, caberá as partes pleitear o reconhecimento pela via judicial.

No caso do Oficial de Registro identificar alguma inconsistência, incerteza ou suspeita sobre os documentos comprobatórios do estado de posse de filho, não fará o reconhecimento e de forma fundamentada encaminhará o pedido ao Poder Judiciário.

Mesmo o provimento reconhecendo a possibilidade da multiparentalidade e em conformidade com a tese do STF, sobre a repercussão Geral 622, de que “a paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios".

Só é admissível o reconhecimento pela via extrajudicial apenas de forma unilateral, só é possível a inclusão de um ascendente socioafetivo, a inclusão de mais de um ascendente

socioafetivo deve ocorrer por via judicial. E em seu art. 15 trata da possibilidade do reconhecimento socioafetivo concomitante com o biológico.

4.3 O Provimento nº 83/2019 do Conselho Nacional de Justiça

O canal da Escola Superior do Ministério Público do Paraná promoveu, no dia 13 de novembro de 2018, em seu quadro *MP Debate*, uma entrevista onde foram analisados e discutidos os temas da multiparentalidade e filiação socioafetiva. Dentre os entrevistados estava a Promotora de Justiça do Paraná, a senhora Fábia Teixeira Fritegotto Gimenez.

Em uma parte da sua fala, a Promotora retratou a sua preocupação sobre o Provimento Nº 63/2017 do CNJ, como se observa no trecho a seguir, *verbis*:

> Existem casos que exigem um trabalho redobrado, para verificar qual o plano de fundo daquela história. Isso me preocupa porque esses casos eram trazidos ao Judiciário por intermédio do advogado, que expunha a situação para nós (Ministério Público), e a partir do momento da exposição do advogado o juiz ia julgar, mas para isso ele iria contar com o Ministério Público quanto fiscal da Lei, com o serviço de apoio da infância, assistente social e a psicóloga.

A preocupação estava em torno do Provimento nº 63/2017 ter concentrado toda a função jurisdicional a uma única pessoa, ao cartorário. O mesmo posicionamento era adotado por outros atores do sistema de Justiça, por entender que o provimento priorizava o interesse dos adultos sobre os das crianças e adolescentes.

Ricardo Calderón (2019), ex-diretor nacional do IBDFAM, reconhecia a existência de duas correntes voltadas ao tema de registro extrajudicial da filiação socioafetiva. Uma corrente que defendia o Provimento 63 da forma como estava, e outra que defendia a revogação do provimento por completo.

Essa divergência de entendimento acarretou ao Colégio de Coordenadores da Infância e da Juventude dos Tribunais de Justiça do Brasil, preocupados com a possibilidade do provimento ser utilizado como um mecanismo para fraudes, entrarem com o pedido de providências, de nº 0001711-40.2018.2.00.0000, junto ao CNJ.

O pedido pleiteava a modificação ou a revogação do Provimento 63, e o CNJ atuando como apaziguador da situação divergente sobre o documento, realizou algumas mudanças no provimento, mas manteve a sua essência. Estas modificações foram publicadas no dia 14 de agosto de 2019, com o Provimento 83.

4.3.1 Alterações implementadas pelo Provimento nº 83/2019 do Conselho Nacional de Justiça

O Provimento nº 83 do CNJ trouxe uma certa restrição aos casos que podem utilizar o procedimento extrajudicial para formalizar o vínculo socioafetivo, mas manteve como base o Provimento 63, adaptando-o para proporcionar uma melhor segurança jurídica ao interesse da criança e dos adolescentes. As principais deliberações nesse sentido foram a possibilidade do registro de filiação socioafetiva extrajudicial ser concedido a pessoas com faixa etária acima de 12 anos de idade, e o estabelecimento de regra para o consentimento a ser concedido a menores de 18 anos. Na antiga redação do Provimento 63, especificamente em seu artigo 10, não havia qualquer restrição de idade.

Esta amplitude sofreu alguns questionamentos por parte dos representes da lei, Juízes da Vara da Infância, Ministério Público, por ser a primeira infância uma das fases mais importante para o desenvolvimento infantil, sendo "o período que abrange os primeiro 6 anos completos de vida da criança", conforme o art. 2º da Lei 13.257/16.

O ECA considera criança a pessoa até 12 anos incompletos, a partir dos 13 anos é considerado adolescente. Observa-se que com o novo regramento do provimento só pode ser valer desse expediente adolescentes e adultos. O pleito por reconhecimento de crianças permaneça com o Poder Judiciário.

Por ser dever do Estado priorizar e assegurar de forma absoluta todas as necessidades e direitos da criança e do adolescente (art. 3 da Lei 13.257/16), priorizando a primeira infância, visando a garantir seu desenvolvimento integral. Busca-se um rigor para evitar possíveis fraudes, visto que os processos que envolvem crianças são tidos como mais complexos pelo Judiciário.

Trata-se de uma situação em que o legislador prioriza os direitos da criança e do adolescente, e salienta que por serem sujeitos indefesos os seus direitos devem ser priorizados, pois se encontram em uma fase de crescimento e desenvolvimento pessoal (MADALENO, 2018).

A outra diretriz é de que o vínculo socioafetivo deverá ser estável e estar exteriorizado socialmente. A nova redação do artigo 10, apresenta um rol exemplificativo de documentos que podem ser utilizados como provas para comprovar a existência do vínculo socioafetivo.

Busca-se meios comprobatórios eficazes para comprovar a condição de estado de posse de filho, como os já expostos no trabalho, o art. 1605 do CC e os três requisitos: do "*nominatio*", "*reputatio*" e do "*tratactus*". Comprovar que a comunidade identifica o vínculo socioafetivo entre os envolvidos.

O intuito desse novo critério é auxiliar o registrador a constatar a posse de estado de filho. Como ensina Lobo (2006), o estado de filiação é a qualificação jurídica da relação pai e filho, com direitos e deveres recíprocos correspondentes ao art. 277 da CF.

A deliberação mais relevante promovida pelo Provimento 83 foi a da participação prévia do Ministério Público, esta que era umas das maiores reivindicações apresentadas pelos membros do Parquet à redação originária do Provimento 63, uma vez que o provimento trata de interesses de menores de idade.

Além disso, é de se considerar que cabe ao Ministério Público atuar nos processos e procedimentos que estes sejam partes, conforme o art. 202 do ECA. O legislador conferiu ao Ministério Público prerrogativas e garantias com a função de resguardar ao status constitucional do cidadão (MORAES, 2017).

Assim, a participação do Ministério Público será diretamente no próprio cartório, do qual emitirá um parecer que se favorável o registro será realizado, do contrário o registro não será realizado e após comunicar as partes, que terá que se submeter a um processo judicial, e o pedido será arquivado.

Na entrevista do canal da Escola Superior do Ministério Público do Paraná, a Promotora de Justiça Fábia Teixeira contou sobre um caso em que atuou, não era relativo a filiação socioafetiva, mas demonstrava a importância da intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem, quando diz:

> "Houve um pedido de um padrasto, de adoção unilateral com destituição de poder familiar do pai biológico, dizendo que o pai biológico era ausente (...) e ele que passou a morar com a mãe da criança, desde que ela tinha 1 ano, a menina (hoje) com 12 anos, ele tinha vínculo suficiente para isso (...). Foi pedido o relatório psicológico e psicossocial e no relatório veio que essa pessoa fazia consumo de álcool abusivamente, drogas, inclusive dentro da residência, que a menina já havia presenciado e contou. E ela relatou que nunca chamou ele de pai, sempre chamou por apelido, e ela mencionou que ele a apresenta-la sempre dizia 'é a filha da minha mulher', não se referia a ela como filha (...) Verificou-se nesse momento que a mãe estava doente, com uma doença relativamente grave, ele não tinha estabilidade financeira, essa mãe era funcionária pública, e ela corria risco de vida (...) caso essa mãe falecesse ele ia ser o pai que ia gerenciar o futuro financeiro dessa menina (...)"

O padrasto tinha o intuito de fraudar adoção para poder se beneficiar financeiramente com o vínculo socioafetivo que ele alegara. A questão abordada pela promotora justamente se

dá em questionar se o cartorário vai ter a ponderação de buscar realmente o melhor para interesse da criança e do adolescente.

E só foi possível descobrir a fraude através dos relatórios que o Ministério Público determinou, o que não seria possível com o antigo texto do Provimento 63, pois a função jurisdicional e de fiscalizador ministerial passaram para um indivíduo isoladamente, ao Oficial de Registro.

Ressalta-se que o Ministério Publico atuará na defesa dos direitos individuais indisponíveis, como estabelece o art. 176 da Constituição Federal, sendo essencial a sua participação em litígios que envolvam crianças e adolescentes, para atuar como o órgão capaz de resguardar os interesses e direitos destes.

O Provimento 63 foi uma expansão para o Direito de Família por torna-lo mais acessível, diante do procedimento extrajudicial para o reconhecimento socioafetivo, uma vez que antes não havia um regramento específico, utilizava-se da adoção para legalizar esse vínculo.

No entanto há uma diferença crucial entre os dois vínculos, na adoção o poder de família é desconstituído (art. 41 do ECA), e a filiação soficioafetiva por ser retrospectiva, por reconhecer algo que já ocorreu, ela não rompe e não desconstitui nenhum vínculo, de modo que não anula os deveres e obrigações dos pais biológicos

É outro ponto que contribui para relevância da atividade fiscalizadora ministerial, os elementos comprobatórios da posse de estado de filho. Retornando ao exemplo citado, na fala da Promotora de Justiça do Paraná, a avaliação psicológica e psicossocial identificaram o verdadeiro pano de fundo da história, o interesse financeiro e não socioafetivo.

E com as funções institucionais atribuídas ao Órgão Ministerial, o Promotor de Justiça ao analisar os documentos apresentados pode acionar o serviço de apoio da infância, ou outros meios, para verificar a veracidade dos fatos apresentados, o que não ocorre com o cartorário.

Diante do posicionamento da Constituição Federal e em analogia ao art. 41 do ECA, atribui aos filhos socioafetivos os mesmos direitOs e deveres que os biológicos, como direito à herança, pensão alimentícia, visitações. Que faz com que intervenção do Ministério Público, com fundamento no art. 178, II, do CPC, seja imprescindível.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral dessa monografia é analisar os elementos que possibilitam o reconhecimento da parentalidade socioafetiva e de que modo ocorre o procedimento extrajudicial desse reconhecimento voluntário. Seus efeitos jurídicos morais e patrimoniais decorrentes dessa relação socioafetiva são iguais do viés biológico.

Em decorrência da evolução do conceito de família diante das transformações sociais, o Direito de Família passou a priorizar e proteger o princípio da afetividade como base das relações sociais. O ordenamento jurídico brasileiro passou a reconhecer novos modelos de filiação.

Com o entendimento constitucional e dos tribunais, o parentesco pode ser estabelecido por vários tipos de vínculos, a filiação deixa de ser considerada apenas pelo viés biológico. Nesse sentido consolida-se a existência da parentalidade através do vínculo socioafetivo.

Diante desse novo de Direito de Família surge o instituto da multiparentalidade, que refere-se a possibilidade de um indivíduo ter em seu registro de nascimento, simultaneamente, dois pais e ou duas mães, demonstrando que a filiação pode resultar da cumulação do vínculo biológico e afetivo.

Nesse sentido como meio de facilitar o reconhecimento voluntário socioafetivo a Corregedoria Nacional de Justiça instituiu o Provimento nº 63/2017, que permitiu que essa averbação fosse realizada diretamente no Cartórios de Registro Civil. Mas que em 2019 foi determinado algumas alterações ao provimento.

Ante o exposto, confirma-se a hipótese desse trabalho, pela qual, as mudanças decorrentes do Provimento 83 do CNJ foram necessárias para garantir ao Provimento 63 uma maior segurança jurídica a questão da parentalidade socioafetiva, por buscar o melhor interesse da criança e do adolescente, que são o foco do reconhecimento voluntário socioafetivo.

REFERÊNCIAS

ARPEN BRASIL. **Nota Técnica da ARPEN/BR sobre o provimento nº 83 da CNJ**. Disponivel em: https://infographya.com/files/NOTA_TECNICA_ARPEN_BR__PROVIMENTO_83_CNJ-1.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

BIROLI, Flávia. **Família: novos conceitos.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Posse do Estado de filiação.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/109589-posse-do-estado-de-filiacao. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. **Dispõe sobre o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm._Acesso em: 12 mar. 2021

BRASIL. **Enunciado nº 256. Conselho de Justiça Federal.** Disponível em: https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/501. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Enunciado nº 588. Conselho de Justiça Federal.** Disponível em: https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/588. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Estatuto da primeira infância.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL. **Informativo nº 78 - Supremo Tribunal Federal decide pela possibilidade de coexistência da paternidade socioafetiva e biológica, com todas as consequências patrimoniais e extrapatrimonais inerentes a ambos os vínculos.** Disponível em: https://civel.mppr.mp.br/arquivos/File/Informativo_Decisao_STF_responsabilidade_socioafetiva_e_biologica.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Direito de Família.** Disponível em: https://ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam/enunciados-ibdfam. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf. Acesso em: 17 mar, 2021.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. **Dispõe sobre a Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2.285, de 2007. **Dispõe sobre o Estatuto da Família.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01tp244c81p7f61st98yob7jqsl312462.node0?codteor=519935&filename=Avulso+-PL+2285/2007. Acesso em: 12 abr. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Apelação n. 70.050.868.23**. Rel.: Jorge Luís Dall'Agnol. Rio Grande do Sul, RS, 12 de dezembro de 2012. Julgado em: 14 de dezembro de 2012. Disponível em: https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/112436369/apelacao-civel-ac-70050868231-rs/inteiro-teor-112436379. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 878.941**. Rel.: Ministra Nancy Andrighi. Distrito Federal, 17 de setembro de 2007. Julgado em: 21 de agosto de 2007. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8880940/recurso-especial-resp-878941-df-2006-0086284-0/inteiro-teor-13987921. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.000.356**. Rel.: Ministra Nancy Andrighi. São Paulo, 07 de junho de 2010. Julgado em: 25 de maio de 2010. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14318607/recurso-especial-resp-1000356-sp-2007-0252697-5/inteiro-teor-14318608. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário n. 898.060.** Rel.: Ministro Luís Fux. Santa Catarina, 21 de setembro de 2016. Julgado em: 22 de setembro de 2016. Disponível em: http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=13431919. Acesso em: 18 mar. 2021.

CASSETTARI, Christiano. **Multiparentalidade e Parentalidade Socioafetiva: efeitos jurídicos.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CNJ. **Pedido de Providências nº 0002653-77.2015.2.00.0000**. Requerente: Instituto Brasileiro de Direito de Família. Disponível em: http://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/Decisao%20socioafetividade.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

CNJ. **Provimento Nº 63 do Conselho Nacional de Justiça.** Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2525. Acesso em: 18 mar. 2021

CNJ. **Provimento Nº 83 Conselho Nacional de Justiça.** Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2975. Acesso em: 18 mar. 2021.

COSTA, Dilvanir José de. **Curso de hermenêutica jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista Tribunais, 2016.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: Direito de Família.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. Vol. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: direito de família.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. Vol. 6.

LOBO, Paulo Luiz Netto**. A Paternidade Socioafetiva e a Verdade Real**. Revista CEJ, Brasília, n.34, p.15-21, jul/set 2006.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MATEUS. **In: Bíblia on-line**. Disponível em: https://www.bibliaonline.com.br/ara/mt/1/18-25. Acesso em: 24 mai. 2021.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 33. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves. **Direito Civil: Teoria Geral**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2012.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: família.** 17. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

YOUTUBE. **Escola Superior do MPPR - MP DEBATE – MPPR: Multiparentalidade e Filiação Socioafetiva.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jrHWDQ7JWzc&list=PLf0RN_fxj_srPEVHzjJ3l71NCisyAptKQ&ab_channel=EscolaSuperiordoMPPR. Acesso em: 24 mar. 2021.